

NÚMERO DE PROCESSOS SOBRESTADOS POR TEMA

Fonte: Conselho Nacional de Justiça

Dados atualizados até 17/01/2018

Número do Tema	Descrição do título da questão	Situação	Data da Admissão/Criação	Número de Sobrestados
839	a) Possibilidade de um ato administrativo, caso evidenciada a violação direta ao texto constitucional, ser anulado pela Administração Pública quando decorrido o prazo decadencial previsto na Lei nº 9.784/1999. b) Saber se portaria que disciplina tempo máximo de serviço de militar atende aos requisitos do art. 8º do ADCT.	Intimado eletronicamente	28/08/2015	382
841	Constitucionalidade do art. 114, § 2º, da Constituição Federal, alterado pela EC 45/2004, que prevê a necessidade de comum acordo entre as partes como requisito para o ajuizamento de dissídio coletivo de natureza econômica.	Substitui o paradigma de repercussão geral - processo nº	31/01/2017	149
842	Incidência de Imposto de Renda sobre os depósitos bancários considerados como omissão de receita ou de rendimento, em face da previsão contida no art. 42 da Lei 9.430/1996.	Conclusos ao(à) Relator(a)	28/08/2015	4
843	Possibilidade de exclusão da base de cálculo do PIS e da COFINS dos valores correspondentes a créditos presumidos de ICMS decorrentes de incentivos fiscais concedidos pelos Estados e pelo Distrito Federal.	Intimado eletronicamente	28/08/2015	41
844	Possibilidade de creditamento de IPI pela aquisição de insumos isentos, não tributados ou sujeitos à alíquota zero.	Conclusos ao(à) Relator(a)	28/08/2015	396
846	Constitucionalidade da manutenção de contribuição social após atingida a finalidade que motivou a sua instituição.	Conclusos ao(à) Relator(a)	04/09/2015	1.468
847	Definição dos limites à atuação do Poder Judiciário quanto ao preenchimento de cargo de defensor público em localidades desamparadas.	Intimado eletronicamente	04/09/2015	12
848	Limites subjetivos de sentença condenatória genérica transitada em julgado proferida nos autos de ação civil pública ajuizada por associação.	Processo recebido na origem	11/09/2015	241
849	Competência municipal para legislar acerca da obrigatoriedade de instalação de hidrômetros individuais nos edifícios e condomínios.	Conclusos ao(à) Relator(a)	11/09/2015	1
850	Legitimidade do Ministério Público para a propositura de ação civil pública em defesa de direitos relacionados ao FGTS, tendo em vista a vedação contida no art. 1º, parágrafo único, da Lei 7.347/1985.	Juntada do mandado de intimação devidamente cumprido - MPF	18/09/2015	1
853	Competência da Justiça do Trabalho para processar e julgar reclamação trabalhista, fundada em contrato de trabalho regido pela CLT, na qual figura o Poder Público no polo passivo.	Processo recebido na origem	02/10/2015	10
854	Possibilidade de implementação da prestação de serviço público de transporte coletivo, considerado o art. 175 da Constituição Federal, mediante simples credenciamento, sem licitação.	Conclusos ao(à) Relator(a)	19/12/2016	8
855	Definição do alcance do art. 5º, XVI, da Constituição Federal, notadamente da exigência de aviso prévio à autoridade competente como pressuposto para o legítimo exercício da liberdade de reunião.	Conclusos ao(à) Relator(a)	09/10/2015	1